

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC FÁBIO CARVALHO BRAGA

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO
NA CONCEPÇÃO DO ALMIRANTE VIDIGAL:
Uma possível composição de meios para Marinha do Brasil

Rio de Janeiro

2020

CC FÁBIO CARVALHO BRAGA

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO
NA CONCEPÇÃO DO ALMIRANTE VIDIGAL:
Uma possível composição de meios para Marinha do Brasil

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alceu Oliveira Castro Jungstedt

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me proporcionado a vida, saúde, minha família e força nos momentos em que mais precisei durante minha trajetória.

Aos meus filhos, Letícia e Bruno, por serem a razão de seguir firme na caminhada da vida e me tornarem uma pessoa melhor.

À minha esposa Luciana, por estar sempre ao meu lado, me incentivando e apoiando em todos os momentos, especialmente ao longo deste trabalho.

Aos meus pais, pelos exemplos e apoio constantes em minha vida.

Às minhas irmãs, pelo carinho e torcida.

Ao meu orientador CMG (RM-1) Jungstedt, pelas orientações corretas e precisas ao longo do trabalho, que sem dúvida me fizeram alcançar um melhor resultado.

Ao CMG (Refº-FN) Oliveira, pela amizade e orientações.

A todos os instrutores, militares e funcionários civis da Escola de Guerra Naval, pelos ensinamentos transmitidos e apoio prestado ao longo deste ano de estudos.

Aos amigos da turma do CEMOS-2020, pela amizade e companheirismo.

RESUMO

O propósito desta dissertação é analisar a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro segundo as concepções do Almirante Vidigal, a fim de identificar uma possível composição de meios para a Marinha do Brasil (MB). Para isso, foram estudados os conceitos de Mahan, Corbett e da *Jeune École* e depois analisadas as três fases da evolução do pensamento estratégico naval brasileiro apresentadas por Vidigal. Nessa análise foram apresentados acontecimentos internos e externos, fatores políticos e econômicos que moldaram o pensamento dos governantes a cada época, refletindo na condição de prontidão da Força. A seguir, foi apresentado como Vidigal substanciou e formulou sua proposta de composição de meios para a Marinha. Após essa apresentação, foram abordados acontecimentos recentes ocorridos no Brasil em relação à Estratégia Naval para que, com isso, fosse apresentada a proposta de uma possível composição de meios para a Marinha do Brasil, de forma que ela possa contribuir para a defesa do Estado de acordo com os interesses nacionais e anseios da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Evolução do pensamento estratégico naval brasileiro. Poder Naval. Composição de meios.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	TEORIAS E CONCEITOS DA ESTRATÉGIA NAVAL.....	7
2.1	Alfred Thayer Mahan.....	8
2.2	Julian Stafford Corbett.....	9
2.3	<i>Jeune École</i>.....	12
2.4	Armando Amorim Ferreira Vidigal.....	13
2.5	Conclusões parciais.....	15
3	EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO.....	16
3.1	Primeira fase.....	17
3.2	Segunda fase.....	23
3.3	Terceira fase.....	29
3.4	Conclusões parciais.....	36
4	POSSÍVEL COMPOSIÇÃO DE MEIOS PARA A MB.....	38
4.1	Proposta de composição do Almirante Vidigal.....	38
4.1.1	Vulnerabilidades marítimas do Brasil.....	38
4.1.2	Alcance geográfico da MB.....	40
4.1.3	Apoio à política brasileira.....	41
4.1.4	Questão do orçamento da MB.....	42
4.2	Possível composição de meios para a MB.....	43
4.3	Conclusões parciais.....	46
5	CONCLUSÃO.....	48
	REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Com uma posição geográfica privilegiada, dimensões continentais e um extenso litoral que proporciona boas condições de navegação, o mar possui enorme valor estratégico para o Brasil. Além disso, grandes extensões de rios com características diversificadas tornam ainda mais difícil a tarefa de aparelhar seu Poder Naval com meios que possam ser utilizados nos mais distintos ambientes deste imenso Estado. A dificuldade é ainda maior pela escassez de recursos destinados às Forças Armadas (FFAA).

Desde a Independência do Brasil, acontecimentos internos e externos, fatores políticos e econômicos moldaram o pensamento dos governantes a cada época, refletindo na condição de prontidão da Marinha e, por consequência, na evolução do pensamento estratégico naval brasileiro.

O propósito desta dissertação é analisar a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro segundo as concepções do Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal (1928-2009), a fim de identificar uma possível composição de meios para a Marinha do Brasil (MB).

A base bibliográfica do trabalho encontra-se nos livros e artigos escritos pelo Almirante para Revista Marítima Brasileira (RMB) e Revista da Escola de Guerra Naval, nos quais analisou as tentativas do governo brasileiro de implementar uma Estratégia Naval desde 1822.

O trabalho está dividido em quatro capítulos além desta introdução. O capítulo dois dissertará sobre as bases teóricas da Estratégia Naval onde serão definidos termos como Poder Nacional, Poder Marítimo e Poder Naval, além de apresentar as teorias e os pensamentos dos estrategistas navais Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e Julian Stafford

Corbett (1854-1922) e da escola conhecida como *Jeune École*¹. Ainda no capítulo, discorre-se sobre quem foi o Almirante Vidigal e sua importância na área da evolução do pensamento estratégico naval do Brasil.

O capítulo três apresentará a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro segundo as concepções do Almirante Vidigal.

No capítulo quatro, após a análise da proposta de meios feita pelo Almirante Vidigal, será apresentada uma possível composição de meios para a MB, a fim de manter sua Estratégia Naval no mais alto nível e pronta para atender às necessidades do Estado.

O quinto e último capítulo apresentará as conclusões finais.

¹ *Jeune École* - Em tradução livre, Jovem Escola, foi uma corrente francesa que se autointitulou por se opor à escola tradicional.

2 TEORIAS E CONCEITOS DA ESTRATÉGIA NAVAL

Para o entendimento da evolução do pensamento estratégico naval brasileiro ao longo dos anos, faz-se necessário verificar a terminologia, discutir resumidamente os conceitos e teorias de Mahan, de Corbett e da *Jeune École* e, logo após, apresentar o Almirante Vidigal.

Alguns termos utilizados podem gerar diferentes entendimentos. Este trabalho vai apoiar-se na Doutrina Militar Naval (DMN) de 2017, para definir Poder Nacional, Poder Marítimo e Poder Naval.

De acordo com a DMN, o Poder Nacional é a capacidade de uma Nação alcançar e manter seus objetivos nacionais², conforme a vontade nacional. O Poder Nacional possui cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2017).

Já o Poder Marítimo é definido como a projeção do Poder Nacional, que resulta da soma dos recursos que a Nação possui para utilizar o mar e as águas interiores. O Poder Marítimo pode ser utilizado como instrumento de ação política e militar, de desenvolvimento econômico e social, e visa conquistar e manter os objetivos nacionais (BRASIL, 2017).

Finalmente, o Poder Naval é definido como um componente da expressão militar do Poder Marítimo com capacidade para atuar no mar, nas águas interiores, áreas terrestres de interesse para as operações navais e em seus espaços aéreos sobrejacentes. O Poder Naval visa contribuir para conquistar e manter os objetivos nacionais (BRASIL, 2017).

Verifica-se que o termo Poder Marítimo é mais abrangente que Poder Naval, visto que este último é relacionado principalmente com aspectos militares.

² Objetivos nacionais são aqueles que o Estado busca alcançar, sendo identificados pelas necessidades, interesses e aspirações, no decorrer de sua evolução (BRASIL, 2017).

A partir de agora serão analisados Mahan e Corbett, considerados os dois maiores estrategistas navais de todos os tempos.

2.1 Alfred Thayer Mahan

Mahan, Almirante estadunidense, é considerado o pai fundador da Estratégia Naval contemporânea, tendo baseado sua teoria no trabalho de Antoine-Henri de Jomini³ (1779-1869). São em suas obras que pela primeira vez a Estratégia Naval deixa de ser analisada apenas para condução da guerra, e passa a ser integrada em uma estratégia geral, inclusive nos tempos de paz (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Em sua obra “*A influência do poder naval na história (1660-1783)*”, datada de 1889, Mahan definiu como principais métodos da guerra naval as batalhas decisivas e os bloqueios, apresentando como missão prioritária de uma Esquadra a destruição ou paralisação da Esquadra adversária, para garantir o domínio do mar e, somente após este momento, atacar o comércio ou as costas do inimigo (WEDIN, 2015).

Ele demonstrou a importância do Poder Marítimo ao considerar a grandeza nacional sendo fundamentada pela expansão política, econômica e cultural, e que para isso, o governo deveria ter acesso ao acúmulo de riquezas, somente obtida por meio de um comércio exterior intenso e crescente, dependente de uma grande marinha mercante protegida por um forte Poder Naval (TOSTA, 1984).

Em seus estudos, apontou o controle das rotas marítimas de comércio, hoje conhecidas como Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), como essencial para se obter hegemonia mundial.

³ Jomini é considerado um dos pais fundadores do pensamento estratégico contemporâneo (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Um ponto importante em sua teoria é considerar que, para desenvolver o Poder Marítimo, um Estado deve se fundamentar nos seguintes fatores: posição geográfica, configuração física, extensão territorial, tamanho da população, caráter nacional e instituições governamentais (TOSTA, 1984).

O Capitão de Mar e Guerra (CMG) Alexandre Rocha Violante (1973-) aponta, como possível ponto fraco da teoria de Mahan, o fato de não ter atentado para os novos desenvolvimentos oriundos do avanço da tecnologia, que produziram uma revolução na forma de se fazer a guerra (VIOLANTE, 2015).

O Almirante Vidigal assim resumiu a contribuição e as limitações da obra de Mahan para a história e a Estratégia Naval:

É impossível negar que as duas guerras mundiais comprovaram as idéias (sic) básicas de Mahan relativamente à importância do poder marítimo para determinar a vitória na guerra, mas, ao mesmo tempo, mostraram as limitações de sua concepção relativamente à guerra de atrição ou desgaste, à relatividade do domínio do mar, à projeção do poder naval sobre terra (VIDIGAL, 1998, p 116).

Como se pode verificar pelo seu legado, Mahan é de conhecimento obrigatório para qualquer pessoa que procure se aprofundar nos estudos de Estratégia Naval.

Conclui-se que independente das críticas recebidas e da temporalidade de suas teorias, Mahan permanece importante por ter sido o primeiro estrategista a sistematizar os conhecimentos da Estratégia Naval. Corroborar para essa importância, o fato de que até hoje podem ser verificados traços de suas teorias na estratégia dos Estados Unidos da América (EUA), a maior potência naval da atualidade, além de outros Estados.

2.2 Julian Stafford Corbett

O inglês Julian Stafford Corbett é quase tão conhecido como Mahan, e ao contrário de outros pensadores da Estratégia Naval, era civil, advogado e começou a estudar e

escrever sobre a história da Marinha britânica, fato que o levou a proferir palestras no *Royal Naval War College*. Assim como Mahan, seu trabalho foi desenvolvido no final do século XIX, sendo influenciado principalmente por Carl Von Clausewitz⁴ (1780-1831) (WEDIN, 2015).

Sua obra mais conhecida foi lançada em 1911 com o título de “*Princípios da estratégia marítima*”, em que explicou alguns conceitos que obtiveram grande influência na Marinha britânica e são utilizados ainda hoje, mesmo após as revoluções tecnológicas vivenciadas no último século.

Nesse contexto, pode-se ressaltar que a Marinha do Brasil ainda hoje utiliza o conceito de negação do uso do mar⁵, apresentado por Corbett em sua principal obra, como sendo uma das quatro⁶ tarefas básicas do Poder Naval, apresentados na DMN (JÚNIOR, 2019).

Alguns escritores como o Capitão de Mar e Guerra da reserva da Marinha sueca, Lars Wedin (1947-), citam como sua principal contribuição a compreensão de que o objetivo fundamental das operações navais são as comunicações marítimas do adversário, e não a Esquadra inimiga, conforme Mahan afirmava.

Ele levou em consideração o fato de que a batalha não é um fim em si mesma, visto que batalhas decisivas foram muito raras na história (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Na França, os conceitos de Corbett foram debatidos pela primeira vez, devido a uma crítica publicada na Revista Marítima (*Revue Maritime*) que apresentava sua concepção de “controle relativo do mar” em oposição ao controle absoluto defendido por Mahan. Corbett afirmava ser impossível impedir completamente o uso do alto-mar pelo adversário. Inicialmente sua proposta não foi bem aceita, mas a atuação dos submarinos alemães na

⁴ Clausewitz é o pensador militar mais conhecido de todos os tempos (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

⁵ Negar o uso do mar é o impedimento do oponente em utilizar ou controlar uma área marítima, sem que nossa Força queira o seu uso (BRASIL, 2017).

⁶ As quatro tarefas básicas do Poder Naval são: negação do uso do mar ao inimigo; controle de áreas marítimas; projeção de poder sobre terra; e contribuição para a dissuasão (BRASIL, 2017).

Primeira Guerra Mundial (IGM) (1914-1918) que impuseram severas perdas ao comércio aliado, ainda que a superfície do mar fosse dominada por eles, serviu para validá-la (WEDIN, 2015).

Corbett e Mahan consideravam que a guerra naval estava em planos diferentes. Mahan considerava que a Estratégia Naval era voltada ao expansionismo e à agressividade para eliminar qualquer ameaça ao seu território em qualquer tempo. Por outro lado, Corbett não falava em expansão e conquista de bases como requisito de uma Marinha (DINIZ; JUNIOR; RAZA, 1999).

Corbett tem uma importância fundamental para evolução da Estratégia Marítima principalmente por ter estudado as teorias de Mahan e feito críticas sobre alguns de seus pontos de vista.

Engana-se quem considera que suas teorias são totalmente antagônicas. Corbett concordava com muitos preceitos escritos por Mahan. Ao afirmar que a história naval adquiriu uma base filosófica pela primeira vez, após o lançamento do livro de Mahan “*A influência do poder naval na história (1660-1783)*”, Corbett concluiu que poucos livros produziram efeito tanto na ação quanto no pensamento. Isso demonstra a importância do estudo das duas teorias (VIOLANTE, 2015).

No entanto, uma divergência importante nos pensamentos é observada quando Corbett enfatizou que um conflito não pode ser vencido apenas pela guerra no mar e ressaltou a interdependência entre as Estratégias Terrestre e Marítima (WEDIN, 2015).

Face ao exposto, podemos verificar que Corbett, com suas ideias revolucionárias para a época em que se verificava uma predominância do pensamento de Mahan, teve uma contribuição enorme para a evolução da Estratégia Marítima e ainda hoje podemos observar sua contribuição em diversos Estados, inclusive no Brasil.

2.3 *Jeune École*

Será abordada agora uma escola teórica de suma importância para evolução dos estudos de Estratégia Naval, por formular novas táticas utilizando-se dos meios disponíveis pelo avanço tecnológico resultante da Revolução Industrial. Esta escola teórica é a *Jeune École*.

No final do século XIX, a França precisava de algo para que pudesse reverter a superioridade britânica, foi quando buscou a inovação e a surpresa técnica da *Jeune École* com intuito de sobrepujar a imensa Esquadra de sua rival (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

A *Jeune École* é uma escola atribuída ao Almirante francês Hyacinthe Laurent Théophile Aube (1826-1890), que, nos anos de 1870, formulou suas ideias apoiado no contexto das inovações dos meios navais. Ele acreditava que o estudo das antigas batalhas estava ultrapassado, pelo surgimento de meios como os torpedos e as minas, o que permitiria que os Estados mais fracos pudessem se contrapor às potências marítimas. Segundo seu pensamento, cada Estado deveria adaptar suas Estratégias Nacionais para conseguir maior proveito da situação. Com isso, em seu entendimento, a França deveria adotar a guerra costeira, utilizando Torpedeiros e a guerra de Cruzadores para evitar bloqueios e dividir a Força britânica, propiciando assim uma possível batalha contra parte da Esquadra da potência marítima da época, o Reino Unido (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Por investir na tecnologia para compensar a inferioridade da Marinha francesa, a *Jeune École* foi qualificada como escola material em oposição à escola histórica (Mahanismo) que fundamentava seus argumentos no estudo dos fatos históricos (WEDIN, 2015).

No começo do século XX, o Mahanismo possuía mais prestígio na França e após a guerra russo-japonesa, com a vitória do Japão na Batalha de Tsushima (1905), a escola histórica triunfou. A *Jeune École*, por sua atitude de esquivar-se em relação à Esquadra inimiga,

recebeu a acusação de ser defensiva, e alguns erros em sua condução desacreditaram esta escola por um longo tempo (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

A IGM marcou o ressurgimento das ideias da *Jeune École* por dois acontecimentos marcantes: o surgimento do submarino como uma nova arma contra o tráfego marítimo; e o fato das Esquadras terem se enfrentado apenas uma vez, na Batalha da Jutlândia (1916), sem se efetivar a batalha decisiva esperada pelo Estados-Maiores (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Pode-se notar que a *Jeune École* apresentou uma nova forma de se fazer a guerra no mar, permitindo que Estados em situação de inferioridade frente às grandes potências navais pudessem usar as novas tecnologias no intuito de reequilibrar as forças.

Tal escola influenciou e ainda influencia o pensamento estratégico naval de muitos Estados, inclusive o Brasil.

2.4 Armando Amorim Ferreira Vidigal

Será apresentado um pouco da vida e dos fatos que marcaram a trajetória do Almirante Vidigal que fizeram dele um ícone para a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro. Ressalta-se porém, que os pontos aqui descritos são apenas os mais importantes para esta dissertação, tendo em vista a vastidão de seu legado.

Armando Vidigal, nascido em 14 de março de 1928 na cidade de Manaus, iniciou sua trajetória na Marinha ao ingressar na Escola Naval. Foi declarado Guarda-Marinha em 1952, atingiu o almirantado em 1977, ao ser promovido ao posto de Contra-Almirante. Recebeu em 1982 sua última promoção a Vice-Almirante, sendo transferido para reserva em

1985. Em sua carreira, comandou o Navio Mercante Anchieta⁷, a Corveta Forte de Coimbra, a Força de Apoio Logístico, a Base Naval de Aratu, e o Comando do Terceiro Distrito Naval. Foi Diretor do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha e da Escola de Guerra Naval. Por sua brilhante carreira foi agraciado com inúmeras condecorações (RMB, 2018).

Como resultado de seus estudos, publicou incontáveis artigos e tornou-se um grande colaborador da RMB, da qual recebeu cinco Prêmios Revista Marítima Brasileira⁸ e mais tarde o Diploma de *Hors-Concours*. Vidigal também escreveu e coordenou a publicação de livros sobre diversos assuntos como Estratégia Naval, Relações Internacionais, História Naval e Marinha Mercante (ALMEIDA, 2018; BITTENCOURT, 2010; RMB, 2018).

Dos livros escritos por Vidigal, destacam-se “*A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*”, publicado em 1983 pela Biblioteca do Exército, e “*A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro Meados da Década de 70 até os Dias Atuais*” publicado em 2002 pelo Clube Naval. Seus próprios títulos identificam seus contínuos estudos sobre a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro e deixam claro a sua importância para este trabalho.

O seu legado pode ser percebido pelas palavras do Vice-Almirante Armando de Senna Bittencourt (1940-), na época, Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, por ocasião da apresentação do volume 130 da RMB:

Com os artigos, livros que escreveu ou coordenou e com suas palestras, contribuiu para formar, principalmente nas pessoas mais jovens da comunidade marítima brasileira, uma forte consciência da importância do Poder Marítimo e de seu componente militar, o Poder Naval, para o Brasil.

Falava do presente, conhecendo o passado por meio da História Naval, e previa cenários que, no futuro, poderiam logicamente se configurar. [...] Seu pensamento se concretizou em suas obras, e no futuro relacionamento do Brasil com o mar, muito provavelmente, haverá contribuições das muitas ideias que deixou (BITTENCOURT, 2010, p 9).

⁷ Navio Mercante Anchieta - Navio Mercante com comando militar.

⁸ O Prêmio RMB foi criado em 1910, e desde 1950 é concedido a cada três anos, ao autor do trabalho de maior utilidade para MB. Seu propósito é o estímulo ao estudo e à pesquisa dos assuntos técnicos-navais (RMB, 2009).

Vidigal sempre buscou aumentar a relação entre civis e militares de maneira que pudesse debater e passar aos brasileiros a importância de uma Estratégia Naval para um Estado do porte do Brasil (VIOLANTE, 2015).

Pode-se perceber que, ao longo de sua trajetória naval, na ativa ou na reserva, as vocações pelo estudo e pela escrita fizeram do Almirante Vidigal um dos mais importantes estrategistas navais brasileiros. Seus ensinamentos permanecem atuais e de extrema relevância mesmo após dez anos de sua morte.

2.5 Conclusões parciais

Verifica-se, pelo exposto, que os conceitos da Estratégia Naval foram construídos ao longo do tempo e sofreram alterações, por pensamentos resultantes dos próprios estrategistas e por força das evoluções tecnológicas ocorridas nos meios materiais, que permitiram o surgimento de novas ideias para a Estratégia Naval.

Sendo assim, os Estados construíram estratégias adequadas aos seus objetivos, utilizando uma mescla das teorias existentes. Nos dias atuais, dificilmente um Estado pauta sua Estratégia Naval apenas em uma teoria.

Como resultado de estudo das teorias debatidas anteriormente neste trabalho, e da análise da evolução do pensamento estratégico naval brasileiro, Vidigal procurou expor suas ideias, de maneira que a MB pudesse estar apta para as mais variadas missões que lhe são destinadas.

3 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO

Este capítulo abordará como o Almirante Vidigal enxergou a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro ao longo dos anos desde nossa independência até a primeira década do século XXI, quando faleceu.

Segundo seu artigo publicado no terceiro trimestre da RMB de 1983, alguns períodos de nossa História Naval foram marcados por ideias e ações no campo naval que seguiram em uma mesma direção, sendo marcados por uma concepção estratégica dominante.

Inicialmente em seus estudos, Vidigal dividiu a evolução em três fases distintas:

Primeira fase – da Independência do Brasil em 1822 até a Revolta da Armada em 1893;

Segunda fase – de 1893 até 1977, ano da denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos;

Terceira fase – de 1977 até o início da década de 1980⁹ (VIDIGAL, 1983).

Para essa divisão, Vidigal escolheu eventos que representaram uma ruptura na característica predominante da fase que hora terminava, indicando assim o início da subsequente. A Revolta da Armada foi escolhida em detrimento da Proclamação da República, por aquela ter marcado o fim da hegemonia política da Marinha e o início da decadência da consciência marítima no Brasil. A denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos marcou o fim da subordinação do Brasil no que se refere à Estratégia Naval em relação àquele Estado, e o início de sua busca por autonomia, fato marcante da terceira fase (VIDIGAL, 1983).

⁹ No artigo, a terceira fase é definida como iniciada em 1977, estendendo-se até os nossos dias. Cabe ressaltar que como o artigo foi publicado em 1983, o término da referida fase foi o início da década de 1980.

As fases não são totalmente estanques pelo fato de as mudanças necessitarem de alguns anos para ocorrerem na prática, o que torna discutível a divisão das fases em datas específicas (VIDIGAL, 1983).

A afirmação é corroborada pelo próprio autor quando na introdução de seu livro “*A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro Meados da Década de 70 até os Dias Atuais*”, escreveu que provavelmente estenderia a primeira fase até 1910, por considerar, que o período entre a Revolta da Armada e a chegada da Esquadra de 1910, é mais identificado com essa fase (VIDIGAL, 2002).

Diante do exposto pelo Almirante Vidigal, e após refletir sobre os acontecimentos, será adotada neste trabalho a divisão das fases da seguinte maneira:

Primeira fase – da Independência do Brasil em 1822 até 1910;

Segunda fase – de 1910 até 1977, ano da denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos;

Terceira fase – de 1977 até a primeira década do século XXI.

3.1 Primeira fase

A primeira fase que compõe a evolução será agora exposta, e para melhor entendimento dela serão apontados os motivos que levaram a Marinha a ter uma posição de destaque no âmbito nacional. Após isso, serão evidenciadas as causas do declínio da Força Naval e por último, serão analisados os aspectos ligados ao lado operativo do período.

Segundo Vidigal, só poderia ser reconhecida uma Marinha brasileira a partir da Independência, já que até então a Força era composta basicamente por portugueses. Isso explica porque a primeira fase iniciou-se com a independência. O grande número de portugueses e a escassez de mão de obra qualificada para guarnecer os conveses levaram o

Brasil a contratar oficiais e praças no exterior, principalmente no Reino Unido, fato que ajuda a entender a grande influência britânica na Marinha Imperial que herdou sua doutrina, práticas e tradições. Essa influência é um dos aspectos que caracteriza a referida fase (VIDIGAL, 1983).

Os seguintes acontecimentos foram importantes para atribuir as tarefas e fortalecer a Força Naval: a necessidade se manter a unidade nacional, já que a única forma de comunicação entre os locais distantes era o mar; impedir a reconstituição do Vice-Reinado do Prata¹⁰ em torno de Buenos Aires, para evitar o surgimento de um poder opositor equivalente ao Império brasileiro; e a repressão ao tráfico negreiro a fim de evitar a interferência de Forças Navais britânicas em nosso comércio marítimo (VIDIGAL, 1983).

Nota-se que os fatores apontados ocorreram tanto no âmbito interno, quanto no relacionamento entre o Império e outros Estados.

A Guerra da Independência (1821-1824) e a repressão às revoltas regenciais de algumas províncias foram fatores primordiais para se manter a integração nacional. A atuação da Marinha foi fundamental e decisiva na Guerra da Independência ao cessar a comunicação entre Portugal e seus fiéis no Brasil. Já nas ações contra as revoltas, o transporte das tropas para os locais necessários e seu apoio às ações em terra foram da mesma maneira decisivas para o desfecho dos fatos (VIDIGAL, 1983).

No campo externo, ocorreram algumas guerras com participação ativa do Brasil, mais especificamente da Marinha.

A Guerra da Cisplatina (1825-1826) foi uma das ações do Império para evitar a reedição do Vice-Reinado do Prata. Destaca-se a atuação da Esquadra brasileira na vitória de Santiago, quando a supremacia naval foi garantida pela eliminação da Esquadra inimiga. Impôs-se o bloqueio às Províncias Unidas, que isoladas aceitaram a negociação, resultando na

¹⁰ O Vice-Reinado do Prata estabelecido em 1776 pela Espanha, era composto por territórios da Argentina, Paraguai, Uruguai e partes da Bolívia. Seu término se deu com a independência da Argentina (TURCI, 2020).

independência do Uruguai. Cabe ressaltar que o desempenho da Marinha Imperial foi alcançado ainda que seus meios fossem inapropriados para o teatro de operações, já que seus navios eram grandes em tamanho e calado, e o Rio da Prata possui muitos bancos com canais estreitos e rasos (VIDIGAL, 1983).

A Passagem de Tonelero (1851) foi o principal feito naval da Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), que fez parte do processo de independência do Uruguai. A transposição do Rio Paraná ocorrida em Tonelero serviu para consolidar os navios a vapor na Marinha Imperial e assegurou a livre navegação aos navios brasileiros, permitindo o abastecimento da Província do Mato Grosso (VIDIGAL, 1983).

A Questão Christie¹¹, que envolveu o Império e o Reino Unido, evidenciou a situação de inferioridade brasileira frente às potências navais e somando-se às guerras externas, veio impulsionar tanto a construção naval no Brasil quanto a compra de meios no exterior (VIDIGAL, 1983).

A Campanha Oriental de 1864 e a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai (1864-1870), serviram para estabelecer a supremacia naval do Império no continente, pois a construção naval militar no país foi muito desenvolvida durante a guerra (VIDIGAL, 1983).

Vidigal ressaltou que a característica marítima desta fase foi resultante do Poder Naval ter sido fundamental para a manutenção da integridade territorial pelos fatos já expostos. Após a Guerra da Tríplice Aliança, o Brasil alcançou grande poderio naval, já que sua Esquadra figurava entre as maiores do mundo, atrás apenas de Reino Unido, Rússia, EUA e Itália. No entanto, a frota era composta por meios ultrapassados tecnologicamente, sendo grande parte feita de madeira e com propulsão à roda (VIDIGAL, 1983).

¹¹ Questão Christie - Impasse diplomático ocorrido entre os anos de 1862 e 1865 entre Brasil e Reino Unido. Um dos acontecimentos marcantes foi a Flotilha inglesa do Vice-Almirante Warren bloquear as embarcações brasileiras no porto do Rio de Janeiro e apresar cinco barcos mercantes, levando-os para a ilha das Palmas (BRASIL, 2020c).

Após o período de crescimento verificado pela Marinha, podem-se apontar cinco fatos como causadores de uma decadência do Poder Naval nacional ainda dentro da primeira fase do pensamento estratégico naval brasileiro.

A primeira causa apontada foi que após a Guerra da Tríplice Aliança, o Império não mais entrou em guerras externas e a consolidação da independência do Paraguai e do Uruguai gerou um novo equilíbrio de forças no continente. Para lidar com esses novos Estados, o Brasil buscou ampliar sua atuação política, voltando-se para a negociação e assim afastando a possibilidade de conflitos. Por ter logrado êxito, a necessidade de um forte Poder Naval passou a ser questionada (VIDIGAL, 1983).

A segunda situação a desestimular o fortalecimento da Marinha foi a relação entre Brasil e Reino Unido, que aos poucos voltava à normalidade já que a repressão ao tráfico de escravos, fator principal dos problemas, havia sido contornada após a promulgação da lei de proibição do tráfico internacional de escravos no Brasil (VIDIGAL, 1983).

A crescente tensão entre Argentina e Chile no final do século XIX, por divergirem quanto à demarcação de territórios contribuiu para o reaparelhamento naval desses Estados, sendo apontada como terceira causa. O Brasil adquiriu navios no exterior, mas devido aos poucos recursos em virtude de dificuldades econômicas, os meios adquiridos eram inferiores em relação aos meios das Marinhas chilena e argentina, tornando a nossa Força Naval menos poderosa que suas possíveis adversárias (VIDIGAL, 1983).

Vidigal expôs as consequências da Revolução Industrial como o quarto fator, pois fizeram com que os Estados não industrializados perdessem a capacidade de construir seus meios e não mais pudessem ter um forte Poder Naval, a menos que comprassem seus meios no exterior. As principais consequências da revolução tecnológica para os meios navais foram o uso do vapor nas propulsões, aço para construção, utilização da hélice, canhões de alma raiada com carregamento pela culatra e projétil explosivo (VIDIGAL, 1983).

A segunda Revolução Industrial (segunda metade do século XIX) permitiu o surgimento de Torpedeiros, Contratorpedeiros e do Submarino. Destaca-se que em pouco tempo, graças à extraordinária evolução, navios de madeira à vela foram substituídos por navios de ferro e em seguida, de aço. No caso do Brasil, além de não termos indústrias capazes de acompanhar essa evolução, também não havia carvão em grande quantidade (VIDIGAL, 1983).

O quinto e último ponto destacado por Vidigal para o declínio da Marinha foi a perda de sua posição política no Império após a Proclamação da República em 1889. Superada a Guerra da Tríplice Aliança, o Exército teve a percepção de seu valor e importância, ao mesmo tempo em que o Estado se viu envolto em uma crise econômica devido ao fim da escravidão. As FFAA sofreram com a falta de investimento nos meios e perda do poder aquisitivo dos soldos dos militares. Com seu pessoal advindo de classes mais inferiores da população e por receber menos recursos que a Marinha para se reaparelhar, o Exército foi mais impactado. A utilização do Exército na perseguição de escravos fugitivos aumentou a insatisfação com a Monarquia dentro de sua oficialidade, que passou a defender uma alternativa de governo. Assim, o Exército contribuiu para a implantação da República e passou a ter maior influência política. A Marinha continuou a defender a Monarquia e perdeu sua força (VIDIGAL, 1983).

Vidigal apontou que a Revolta da Armada em 1893, quando a Marinha se indispôs com o Exército, fez com que ela perdesse seus principais militares mortos em conflito, e os que restaram foram relegados a segundo plano, assim como a própria Força (VIDIGAL, 1983).

No seu livro publicado em 1985, o Almirante Vidigal apresentou alguns pontos de destaque na primeira fase, sendo mais voltados para os aspectos operativos.

Para amenizar os problemas causados pelo pequeno número de operações realizadas pelos meios após a guerra da Tríplice Aliança, foi criada a Divisão de Evoluções e mais tarde a Esquadra de Evoluções, com objetivo de realizar exercícios com todos os navios disponíveis no Rio de Janeiro (VIDIGAL, 1985).

A defesa do porto do Rio de Janeiro realizada por canhoneiras durante um exercício da Esquadra de Evoluções mostrou a repercussão das teorias da *Jeune École* na Marinha de então (VIDIGAL, 1985).

Resultado da política de reconstrução realizada no governo de Manuel Ferraz de Campos Sales¹² (1841-1913), o Brasil conseguiu prosperar economicamente respaldado pelo café e pela extração de borracha. Como consequência desse fortalecimento econômico, do aumento das tensões entre Argentina e Chile e da atuação do Ministério do Exterior, a Força Naval brasileira foi reavaliada. O Congresso Nacional em 1904, aprovou um Programa Naval para obtenção de meios, construção de um arsenal destinado a reparo desses navios e futuras construções, além de um porto militar (VIDIGAL, 1985).

A Batalha de *Tsushima* confirmou a necessidade de possuir Navios Encouraçados com canhões de maior calibre. Apoiados na prosperidade econômica do Brasil, em 1906 foram propostas mudanças no Programa Naval de 1904, tornando-o mais robusto e com pretensões globais, contrapondo-se à ideia inicial que visava apenas o continente sul-americano, fato que iniciou uma corrida armamentista no continente (VIDIGAL, 1985).

A grande falha na execução do Programa Naval pode ser explicada pela frase do próprio Almirante Vidigal:

Infelizmente, porém, a não execução da parte referente à construção de um arsenal, onde os navios pudessem ser reparados, e de um porto militar onde o arsenal seria instalado, iria mostrar-se de enormes conseqüências (sic) para a Marinha. Melhor teria sido, independente do Programa adotado, que se fizessem menos navios mas que se assegurasse a nossa capacidade de mantê-los adequadamente e de operá-los com eficiência (VIDIGAL, 1985, p 60).

¹² Campos Sales - Exerceu o cargo de Presidente do Brasil no período de 1898 a 1902.

A “Esquadra Branca” de 1910, como ficou conhecida, foi importante para reequilibrar as forças com a Argentina e realocar o Brasil como potência naval média no continente, ainda que os meios ao chegarem já fossem obsoletos se comparados com os navios em construção naquela época (VIDIGAL, 1985).

A primeira fase da evolução pode ser descrita como a era da consolidação da Marinha e do Estado brasileiro e um período de maritimidade, em que foram realizados os grandes feitos lembrados e comemorados até os dias de hoje. A fase evidencia a grande transformação dos meios empregados pela Força Naval e a forte ligação entre o poder político e a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro.

3.2 Segunda fase

Ao discorrer sobre a segunda fase, serão apresentadas as novas “armas” incorporadas pela Marinha, as razões para a dependência em relação aos estadunidenses e os motivos que fizeram com que esta aliança fosse rompida.

Para Vidigal, a segunda fase (1910-1977) tem como característica principal a crescente dependência da Marinha brasileira em relação a dos EUA, que em sua opinião foi mais marcante que a influência recebida da Marinha britânica na fase anterior (VIDIGAL, 1983).

Ainda no início dessa fase, foram recebidos em 1912, os três Submarinos da classe “F” relativos ao Programa Naval de 1906. Dessa forma, em 1914 foi criada a Flotilha de Submarinos (VIDIGAL, 1985).

A IGM confirmou os EUA como uma potência mundial que passou a influenciar mais diretamente os Estados do continente americano.

O início dessa influência em nossa Marinha se deu quando, em 1914, foram contratados oficiais estadunidenses para ministrar aulas na recém-criada Escola Naval de Guerra, fruto das preocupações de Joaquim Marques Baptista de Leão¹³ (1847-1913), referentes à condução da Esquadra de 1910 (VIDIGAL, 1983).

Outro ponto importante na relação entre Brasil e EUA aconteceu em dezembro de 1922, ao ser contratada a Missão Naval Americana¹⁴. Ressalta-se que o apoio de Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa¹⁵ (1865-1942) foi fundamental para retirar o Reino Unido de uma concorrência pelo contrato da missão (VIDIGAL, 1983).

Vidigal destacou a influência estadunidense na reorganização da Marinha e na criação da Aviação Naval ocorrida em 1916, com a inauguração das Escolas de Aviação e de Submersíveis (VIDIGAL, 1985).

A IGM foi um marco importante na história militar e naval, porém a participação da Marinha foi muito pequena. A Divisão Naval em Operação de Guerra (DNOG) foi composta por dois Cruzadores, quatro Contratorpedeiros e um Cruzador-Auxiliar, e chegou a Gibraltar somente na véspera do armistício (VIDIGAL, 1985).

O período entre as guerras foi muito crítico para a Marinha, que sofria pelo estado de seus meios já obsoletos e em mau estado de conservação devido à falta de locais e equipamentos adequados para seus reparos, reflexo da não realização dos programas de reaparelhamento por motivos econômicos (VIDIGAL, 1985).

O apoio recebido dos EUA foi freado em certos momentos, pela política estadunidense de não desequilibrar as forças entre Argentina, Brasil e Chile (ABC), como na recusa do fornecimento de Contratorpedeiros por força de protestos do governo argentino.

¹³ Marques de Leão - Ministro da Marinha de 1910 a 1912.

¹⁴ Missão Naval Americana - Prestou auxílio para modernização da estrutura, estratégia e tática, ao influenciar a construção de navios e arsenais, e na capacitação de pessoal (CABRAL; SARRO, 2017).

¹⁵ Epitácio Pessoa - Presidente do Brasil entre 1919 e 1922.

Essa recusa fez o Brasil encomendar navios no Reino Unido, porém eles não foram recebidos devido ao início da Segunda Guerra Mundial (IIGM) (1939-1945) (VIDIGAL, 1983).

Apesar da preocupação com o equilíbrio de forças no cone sul, Vidigal salientou que os EUA eram conhecedores da importância estratégica do Brasil no caso de uma nova guerra mundial. Para não perder esse possível aliado no conflito, em 1936 os EUA forneceram os planos e auxiliaram a construção dos Contratorpedeiros classe *Cassin*, em nosso território, por preços simbólicos, mesmo ainda sendo navios em construção naquele Estado. O Almirante deixou claro que as Marinhas se ajudavam mesmo com diferenças políticas envolvidas (VIDIGAL, 1983).

A IIGM fortaleceu os laços entre Brasil e EUA, que, por necessitarem de matérias-primas não encontradas em seu território e da posição privilegiada do nordeste brasileiro, passaram a ceder às solicitações recebidas em troca de apoio (VIDIGAL, 1983).

Em 1942, após uma série de afundamentos de navios brasileiros em nossa costa, o Brasil declarou guerra ao Eixo. Com seus escassos meios, a Marinha não estava equipada para o combate e principalmente para a guerra antissubmarina, para qual não possuía nem meios, nem doutrina. Vidigal afirmou que naquele momento, o Brasil sujeitou-se totalmente aos estadunidenses e recebeu navios específicos para este tipo de guerra com a ajuda da Lei de Empréstimos e Arrendamentos¹⁶ (VIDIGAL, 1983).

Ao final da Guerra, essa Lei foi substituída pelo Programa de Ajuda Militar (MAP) e os EUA passaram a nos fornecer navios, sobressalentes e demais materiais remanescentes da guerra. Essa facilidade foi destacada por Vidigal como um problema para a nacionalização (VIDIGAL, 1983).

¹⁶ Lei de Empréstimos e Arrendamentos - Autorizava o governo dos Estados Unidos a “vender, transferir o título de propriedade, arrendar, emprestar qualquer artigo de defesa ou informação para qualquer país cuja defesa seja julgada essencial pelo presidente à defesa dos Estados Unidos”. As condições para a transferência seriam aquelas consideradas satisfatórias pelo presidente e o pagamento poderia ser através de qualquer benefício direto ou indireto julgado adequado pelo presidente (ABREU, 2020).

No campo político ao longo da IIGM, os Estados do continente americano, receosos de um ataque alemão, assumiram o compromisso da defesa coletiva do continente e criaram em 1941 a Junta Interamericana de Defesa (JID), após assumirem que o ataque a qualquer Estado do continente seria considerado um ataque contra todos os Estados americanos (VIDIGAL, 1983).

Com o término da IIGM e o início da Guerra Fria (1947-1989), os EUA transferiram o potencial inimigo da Alemanha para a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS). Em 1947, foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e em 1948 foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), tendo o Brasil aderido aos dois (VIDIGAL, 1983).

Nesse contexto, o Brasil passou a receber armamentos destinados à defesa interna ou para emprego defensivo visando a defesa coletiva, já que o único inimigo externo reconhecido pelo bloco era a ex-URSS. O pensamento de que os Estados do continente americano faziam parte da estratégia global americana forçou suas Marinhas a se preocupar apenas com a guerra antissubmarina, característica da IIGM (VIDIGAL, 1983).

O aumento da tensão mundial causado pela Guerra da Coreia¹⁷ na década de 1950, fez os EUA reforçarem o apoio aos seus aliados por meio de acordos militares bilaterais. Fruto desta nova política, em 1952 foi assinado o Acordo Militar Brasil-EUA, que facilitou o recebimento de uma grande quantidade de meios para reforçar nossa Marinha, destacando-se os 14 Contratorpedeiros e 11 Submarinos, além de meios para outros propósitos como os quatro Varredores, um Navio-Oficina, dois Navios de Desembarque de Carros de Combate, um Navio Oceanográfico e um Navio de Socorro Submarino (VIDIGAL, 1983).

Na década de 1970, como a política estadunidense de equilíbrio do ABC dificultava a obtenção de meios novos e modernos, o Brasil buscou no continente europeu o

¹⁷ Guerra da Coreia - Tentativa norte-coreana de invasão da Coreia do Sul, visando a unificação da península. É um dos símbolos da guerra fria, e ocorreu entre os anos de 1950 a 1953 (SILVA, 2020).

reaparelhamento de sua Marinha. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrido entre os anos de 1967 e 1972 possibilitou a encomenda de Submarinos e Fragatas britânicos e Varredores alemães. Vidigal ressaltou porém, que a referida compra não afastava o Brasil do alinhamento com os EUA (VIDIGAL, 1983).

Nota-se que os dois momentos da segunda fase em que o Brasil procurou Estados europeus para tentar obter novos meios, foram uma forma de tentar contornar as barreiras impostas pelos estadunidenses em virtude de sua constante preocupação com o equilíbrio de forças no cone sul.

No governo de Ernesto Geisel (1907-1996), entre 1974 e 1979, a política externa do Brasil passou a enxergar problemas não relacionados apenas ao conflito entre estadunidenses e soviéticos e passou a se dedicar aos que afetavam especificamente nosso Estado, citando como exemplo as divergências com a Argentina no contexto dos rios sucessivos; a reação mundial à política de fretes brasileira¹⁸; e a oposição ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha¹⁹ por parte de estadunidenses e soviéticos (VIDIGAL, 1983).

A política de direitos humanos promovida pelo presidente Jimmy Carter (1924-) fez com que a ajuda militar a qualquer aliado fosse autorizada somente após o julgamento pelo congresso estadunidense dos procedimentos destes Estados quanto à questão dos direitos humanos (VIDIGAL, 1983).

Com o julgamento de que essa medida era incompatível com a soberania nacional, o Brasil em 1977, denunciou o Acordo Militar assinado em 1952 e fechou a Missão Naval Americana, encerrando a segunda fase de nossa evolução. A partir desse momento, o pensamento estratégico foi reorientado da defesa coletiva para os interesses propriamente brasileiros emanados nas Políticas Básicas e Diretrizes da Marinha, de fevereiro de 1977 (VIDIGAL, 1983).

¹⁸ Política de fretes brasileira - Reivindicava que até 50% do transporte do comércio exterior brasileiro fosse realizado por navios de bandeira própria (VIDIGAL, 2002).

¹⁹ Acordo Nuclear Brasil-Alemanha - Acordo entre os países, com fins pacíficos.

De grande influência na evolução do pensamento estratégico naval brasileiro são os aspectos operativos da segunda fase, que não foram anteriormente analisados e serão destacados agora.

A criação em 1931 do Corpo de Aviação da Marinha abriu espaço para que em 1941 fosse extinta a Aviação Naval e criada a Força Aérea Brasileira (FAB). Tal fato criou um longo atrito entre as duas Forças que culminou com a aquisição do Navio-Aeródromo Ligeiro (NAeL) Minas Gerais em 1957 (VIDIGAL, 1985).

O Programa Naval de 1935 foi de grande relevância pela ênfase na construção naval nacional, o que preparou os operários do Arsenal de Marinha (VIDIGAL, 1985).

Após a IIGM, a concepção estratégica adotada pela Marinha foi totalmente defensiva e voltada para guerra antissubmarina. No entanto, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) passou a ter como tarefa básica o Assalto Anfíbio, que possui características ofensivas. Essa ambiguidade, fez com que os meios não fossem adequados entre a parcela naval e CFN (VIDIGAL, 1985).

Ao adquirir em 1964 seu primeiro sistema de mísseis para navios, o *Sea-Cat*, o Brasil demonstrou o início da preocupação com defesa aérea (VIDIGAL, 1985).

Vidigal destacou que o Programa Decenal (PD) aprovado em 1967 teve como diretriz a nacionalização dos meios para tentar diminuir nossa dependência do exterior com relação a sobressalentes e reparos. Essa diretriz de nacionalização dos meios foi reduzida pela construção das Fragatas e Varredores no exterior. O Programa permitiu ainda a construção de Navios de Patrulha Fluvial utilizados na Amazônia, com a finalidade primordial de interligar a região ao restante do Brasil e apoiar a população ribeirinha (VIDIGAL, 1985).

A apresentação da segunda fase confirma o pensamento do Almirante Vidigal como um momento em que o Brasil foi extremamente dependente dos EUA, seja no aspecto do material ou doutrinário.

Essa dependência trouxe aspectos positivos e negativos para a Marinha. Destaca-se como positivo o aprendizado de novas táticas da guerra moderna, e como negativo o fator político que impediu a aquisição de meios de ponta pelo Brasil.

Mais uma vez, pode-se notar a influência econômica refletindo negativamente tanto nos planos de reestruturação da Força, quanto no seu preparo.

O encerramento da segunda fase ocorreu a partir do momento em que o Brasil passou a se preocupar mais com seus próprios interesses e começou a galgar sua evolução de maneira mais autônoma.

3.3 Terceira fase

Este momento do trabalho abordará a fase iniciada após a denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e que se estendeu até a primeira década do século XXI. Para tal, serão expostos temas como os programas de reaparelhamento, incorporação de meios, programas de grande vulto iniciados no período e documentos que regem as FFAA brasileiras.

Segundo Vidigal, a terceira fase foi caracterizada pela autonomia e consciência militar, quando o Brasil orientou o preparo e o desenvolvimento da Marinha de acordo com seus interesses. Um dos aspectos mais relevantes nesta fase foi a constatação de que o Poder Militar não existe apenas para fazer a guerra, mas sim como um instrumento permanente da política do Brasil, tanto na guerra como na paz (VIDIGAL, 2002).

Fruto do novo pensamento estratégico, o Programa de Reaparelhamento foi revisado de maneira a atender as novas necessidades, com isso foi previsto que a Força Naval seria composta por meios de múltiplos propósitos, dentre eles: um Navio-Aeródromo Ligeiro; um Navio de Controle de Área Marítima; Fragatas, sendo algumas com capacidade de defesa

antiaérea dotadas de mísseis superfície-ar; Corvetas; Submarinos; Navios-Varredores; e Navios Logísticos, entre outros tipos de Navios (VIDIGAL, 1985).

Nesse ponto da evolução, nota-se que a estratégia vislumbrada alinhava-se com o pensamento de Corbett, no que tange à diversidade de meios, visando múltiplos propósitos, e divergindo de Mahan, para qual o navio capital era o único importante em uma Esquadra.

A Guerra das Malvinas²⁰ (1982) confirmou a tese de que a agressão de uma superpotência ao Brasil era pouco provável, e por isso não deveria orientar o preparo da Marinha, mas sim a guerra regional (VIDIGAL, 2002).

Vidigal destacou como um marco na evolução, a decisão da própria Marinha do Brasil realizar a Avaliação Operacional das Fragatas construídas no exterior. Para tal, foram elaboradas as especificações técnicas das provas que seriam realizadas a fim de se verificar a qualidade operativa dos meios e a análise dos resultados alcançados. A decisão mostrou-se tão acertada, que se tornou prática obrigatória para todos os meios construídos no exterior ou no Brasil, até os dias de hoje (VIDIGAL, 2002).

Vidigal apontou que por ser o Submarino nuclear uma arma com grande poder de dissuasão, as marinhas passaram a creditar nele a solução para suas Estratégias Navais (VIDIGAL, 2002).

Como o Tratado de Não Proliferação Nuclear²¹ (TNP) não permitia a transferência de tecnologia entre os Estados, o Brasil iniciou seu processo de desenvolvimento em 1979, com o Projeto Chalana, visando à construção de um Submarino de ataque com propulsão nuclear (VIDIGAL, 2002).

Vidigal enfatizou que o Projeto Chalana foi o mais ousado e talvez, o de maior sucesso no Brasil no século XX, sendo dividido em dois outros: o Projeto Ciclone, que visava

²⁰ Guerra das Malvinas - Ocorrida entre Argentina e Reino Unido pela disputa da posse do arquipélago. Nessa guerra não houve ataque ao território argentino, mas sim uma retomada do arquipélago pelos britânicos (VIDIGAL, 2002).

²¹ TNP - Por considerar o tratado injusto com os Estados não detentores da tecnologia nuclear, os militares brasileiros repudiavam-no. Ressalta-se que em 1998, o tratado foi ratificado (VIDIGAL, 2002).

produzir urânio enriquecido a 20%; e o Projeto Remo que tinha como objetivo a construção do reator para o Submarino (VIDIGAL, 2002).

A parte do projeto que visava o enriquecimento do urânio foi concluída e o Brasil passou a ser um dos poucos Estados do mundo detentores de tal tecnologia. No entanto, as partes relativas ao reator nuclear e ao Submarino permanecem em desenvolvimento até hoje.

Com o fim da Guerra Fria, a globalização evidenciou o conflito Norte-Sul, entre os Estados ricos e poderosos e os Estados pobres e fracos, e serviu para reaproximar os Estados sul-americanos. As relações entre Brasil e Argentina estavam melhores, em virtude do Acordo Tripartite de 1979 ter resolvido o problema dos rios consecutivos (VIDIGAL, 2002).

O Acordo de Itaipu entre Brasil e Argentina datado de julho de 1986, estabeleceu os princípios entre as relações dos Estados, e permitiu a criação dos Simpósios de Estudos Estratégicos Argentina-Brasil, com intensa cooperação militar. Após a adesão do Paraguai e Uruguai aos simpósios, a guerra regional tornava-se mais improvável (VIDIGAL, 2002).

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) iniciado em 1982, com a incorporação do Navio de Apoio Oceanográfico “Barão de Tefé”, permitiu a presença brasileira na Antártica, e foi ressaltado por Vidigal como uma das mais importantes contribuições da Marinha para o desenvolvimento do Brasil no século XX. Na segunda expedição para o continente antártico (1983-1984) foi estabelecida a primeira Estação Antártica Brasileira (Estação Comandante Ferraz) na Baía do Almirantado, localizada na Ilha Rei George (VIDIGAL, 2002).

O Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca (1919-1998), Ministro da Marinha entre 1979 e 1984, destacou como ganhos para a Força o estímulo das características oceânicas, a adaptação das tripulações dos navios para atuarem em águas do continente antártico e a importante fonte de motivação para a Marinha (VIDIGAL, 2002).

Segundo o Almirante Maximiano, a Marinha não deveria exercer o poder de polícia no setor marítimo, por desviá-la de suas tarefas básicas. Sendo assim, ele defendia a criação de uma Guarda Costeira, respeitando algumas condições, de forma que esta fosse vinculada ao Ministro da Marinha (VIDIGAL, 2002).

Fato importante para evolução do pensamento estratégico naval foi a controvérsia quanto à criação de uma Guarda Costeira no Brasil. Após o estudo dos argumentos de defensores e apossos, pode-se concluir que no caso específico do Brasil, a criação geraria grandes dificuldades para as instituições, e portanto, a decisão pela não criação foi acertada.

Vidigal apontou que a década de 1980 foi relevante para o fortalecimento do Poder Naval, que teve seu Programa de Reparcelamento confirmado, além do lançamento do Miniprograma em 1981, que visou a nacionalização da construção naval no Brasil, de forma a livrar-se da dependência externa (VIDIGAL, 2002).

Vidigal destacou o desenvolvimento do projeto e construção das quatro Corvetas classe “Inhaúma”. A decisão de construir os navios com pequeno intervalo de tempo entre eles, gerou problemas que só foram corrigidos na quinta Corveta, incorporada somente em 2008. O fato é explicado pela impossibilidade da correção dos problemas verificados nos testes de mar dos navios (VIDIGAL, 2002).

Ainda no foco do esforço pela nacionalização, destaca-se a construção dos três Submarinos da classe “Tupi” em solo brasileiro, como parte do acordo de transferência de tecnologia com a Alemanha. A construção do Submarino “Tikuna” que incorporou uma série de modificações em relação ao projeto inicial, foi o primeiro passo em busca de um projeto totalmente nacional (VIDIGAL, 2002).

Em 1982, foi criada a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), uma empresa pública vinculada inicialmente ao Ministério da Marinha e posteriormente ao

Ministério da Defesa, por intermédio do Comando da Marinha (VIDIGAL, 2002). A empresa existe até hoje, sendo uma de suas finalidades a promoção da indústria naval.

Vidigal debateu sobre um dilema que acompanhou a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro, e ainda hoje é válido: a questão da busca pela nacionalização dos meios versus a compra de meios por oportunidades²² no exterior.

Nesse sentido, Vidigal destacou que na década de 1980, as compras de oportunidade foram justificadas pelos ministros por alguns motivos, dentre eles: a carência de meios na Força, que colocava em risco a continuidade das tarefas da Marinha; e a falta de recursos para construção de meios necessários para substituir os obsoletos (VIDIGAL, 2002).

A nacionalização dos projetos de forma a tentar diminuir a dependência do exterior ou a compra de meios por oportunidade, é um tópico de intensas controvérsias na evolução do pensamento estratégico naval brasileiro, principalmente quando se fala da terceira fase. Cada um deles possui vantagens e desvantagens: se por um lado a obtenção por oportunidades traz motivação para os militares por trabalharem com equipamentos mais avançados e renova os meios, por outro lado dificulta a manutenção pela diversidade de equipamentos de origens distintas, além de deixar o Estado em condições desfavoráveis por continuar a depender da tecnologia externa.

Na visão de Vidigal, a maior dificuldade para a nacionalização foi a restrição orçamentária, e apoiou seu pensamento no fato do Brasil já ter construído meios complexos como as Corvetas e os Submarinos. Em seu entendimento, talvez fosse melhor para a Marinha construir navios menos sofisticados e com menos tecnologia embarcada, a fim de que o parque industrial local pudesse absorver a nacionalização. Um ponto ressaltado como positivo era o fator tempo, devido à falta de ameaças ao curto prazo (VIDIGAL, 2002).

²² Compra de meios por oportunidade - Meios adquiridos no exterior, que em alguns casos já são ultrapassados em relação ao Estado fornecedor, mas quando comparados aos meios da Marinha do Brasil, são mais modernos.

Vidigal citou a década de 1980 como grande modificadora para o CFN, pela criação do posto de Almirante de Esquadra Fuzileiro Naval e também pelo Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN) ter sido alçado à posição de Órgão de Direção Setorial (ODS) (VIDIGAL, 2002).

Exercícios de Assalto Anfíbio eram realizados desde 1957, mas somente com os meios adquiridos e incorporados nas décadas de 1980 e 1990, a Marinha passou realmente a ter uma capacidade anfíbia de envergadura. Dentre esses meios destacam-se: os Carros de Combate sobre Rodas “Cascavel”, de fabricação nacional; os Carros Lagarta Anfíbios (CLAnf); os Navio Desembarque-Doca (NDD); e o Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC) “Mattoso Maia”, adquiridos nos EUA (VIDIGAL, 2002).

A aquisição desses meios diminuiu o problema exposto anteriormente de adequabilidades dos meios da parcela naval e o emprego do CFN.

A década de 1990 representou uma mudança no pensamento estratégico naval que perdurava há 50 anos, quando começou a ser enfatizada a importância do meio submarino e diminuiu-se a atenção dada aos meios antissubmarinos (VIDIGAL, 2002).

Em 1991, foi lançado o novo Programa de Obtenção de Meios, denominado Plano Parcial de Obtenção e Modernização (PPOM). O plano foi resultado das dificuldades orçamentárias que eram sentidas desde 1987 pela Marinha, e por isso teve de ser dividido em fases (VIDIGAL, 2002).

Em 1998, por meio de decreto presidencial, foi estabelecido que a Marinha fosse dotada de aviões e helicópteros orgânicos, operados por ela própria. A medida permitiu o renascimento da Aviação Naval, e foram adquiridos aviões para comporem o Primeiro Esquadrão de Aviões de Interceptação e Ataque (VF-1) (VIDIGAL, 2002).

No decorrer da década de 1990, muitos navios foram adquiridos no exterior, deixando claro que a construção naval brasileira estava em declínio. Como consequência,

houve a saturação do sistema logístico da Marinha, devido à diversidade de sobressalentes necessários, que somada à falta de recursos, levou à queda dos índices de operacionalidade dos meios (VIDIGAL, 2002).

Destaca-se entre os navios comprados no exterior o Navio-Aeródromo (NAe) “São Paulo”, adquirido para substituir o NAeL “Minas Gerais”, que por limitação de sua velocidade máxima, não conseguia recolher os aviões em caso de ausência de vento (VIDIGAL, 2002).

Sobre mísseis, Vidigal apontou que a entrada de fato em emprego na Marinha foi com a incorporação das Fragatas classe “Niterói”, e destacou ainda que todos os mísseis utilizados eram de defesa aérea de ponto (VIDIGAL, 2002).

Fatos marcantes para a consolidação das leis e documentos que regem as FFAA no Brasil também marcaram a terceira fase e serão destacados agora.

Em 1991, foi iniciada a revisão da Avaliação Estratégica Naval (AENAV), integrante do Planejamento Estratégico da Marinha (PEM). No documento, foi estabelecido que a estratégia seria defensiva de acordo com os objetivos nacionais, e que a principal tarefa do Poder Militar deveria ser a dissuasão. O documento expôs ainda a crescente preocupação da Marinha com os ambientes fluviais (VIDIGAL, 2002).

O ano de 1996 marcou este processo, com a divulgação da Política de Defesa Nacional (PDN), documento de alto nível, voltado às ameaças externas. A PDN fixou os objetivos para a defesa da nação e orientou o preparo e emprego do Poder Nacional, envolvendo os setores militar e civil, e ressaltou a importância da Força Militar para a sobrevivência do Estado (VIDIGAL, 2002).

Com a criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999, extinguiram-se os Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica, criando-se um Comando para cada Força Armada, subordinado ao Ministro da Defesa, e não mais diretamente ao Presidente da

República. Assim, coube ao MD a expedição da Política Militar de Defesa (PMD) e da Estratégia Militar de Defesa (EMD), a fim de expressar para as FFAA as tarefas da PDN (VIDIGAL, 2002).

Atualmente, os documentos em vigor são a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END).

Segundo Vidigal, na virada século, a Marinha tinha decisões difíceis a serem tomadas, dentre as quais se destacavam o futuro do Projeto do Submarino Nuclear e a formação dos pilotos de asa fixa (VIDIGAL, 2002).

Em 2001, foi criada a Comissão Militar da Indústria de Defesa (CMID), que visava à fomentação e integração das atividades de pesquisa, desenvolvimento, produção e exportação de materiais e serviços de defesa (VIDIGAL, 2002).

Nota-se que na terceira fase, o Brasil passou a se preocupar principalmente com seus interesses. Por fruto do novo pensamento, adquiriu meios com múltiplos propósitos, libertando-se do pensamento único da guerra antissubmarina. Importantes passos foram dados na busca da nacionalização, mas novamente o aspecto financeiro pesou e provocou alguns retrocessos, após o período do auge da construção naval. A fase marcou também o pensamento de que o Poder Militar é importante tanto nos períodos de guerra, quanto na paz (VIDIGAL, 2002).

3.4 Conclusões parciais

Ao analisar a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro, nota-se que a mesma não ocorreu de maneira uniforme com o passar dos anos.

A primeira fase foi caracterizada pela consolidação da Marinha e do Brasil, quando a Força teve grande destaque e viveu uma grande transformação nos meios navais. A

segunda fase foi marcada como um período de dependência em relação aos EUA, e a terceira fase foi aquela em que o Brasil buscou sua autonomia, tanto em termos tecnológicos quanto em termos de sua Estratégia Naval.

Ponto comum a todas as fases foi a influência da situação financeira do Estado sendo refletida na Marinha. Ainda que seus Programas de Reparlamento buscassem a nacionalização dos meios, as dificuldades impostas pela economia impediram sua realização.

A busca pela nacionalização para livrar ou diminuir a dependência do Brasil de outros Estados é justificada pelo estudo da história de guerras acontecidas, quando Estados perderam batalhas por falta de equipamentos e munições, dos quais dependiam de importação.

Na evolução do pensamento estratégico naval brasileiro, podem-se verificar traços de influência de Mahan e Corbett, assim como ideias empregadas pela *Jeune École*, sendo que nos fatos mais recentes, predominam os pensamentos de Corbett e *Jeune École*.

4 POSSÍVEL COMPOSIÇÃO DE MEIOS PARA A MB

Neste capítulo serão abordadas possíveis composições de meios para a MB. Inicialmente será exposto como Vidigal enxergava que a Marinha deveria ser, para, posteriormente, indicar uma possível composição nos dias de hoje.

4.1 Proposta de composição do Almirante Vidigal

A composição de uma Marinha deve ter uma relação direta com a estratégia do Estado. Sendo assim, Vidigal primeiramente estudou a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro para depois se dedicar à análise de como deveria ser a composição dos meios da MB.

Para idealizar sua Marinha do futuro, Vidigal debruçou-se sobre quatro aspectos considerados essenciais: capacidade de se fazer frente às vulnerabilidades marítimas; alcance geográfico compatível com os interesses e deveres do Brasil; emprego em apoio à política brasileira; e por último, análise de como o orçamento influi neste processo (VIDIGAL, 2010).

Para melhor entendimento, será feita uma rápida interpretação de cada aspecto destacado, antes da apresentação de como deveria ser a Marinha visualizada pelo Almirante.

4.1.1 Vulnerabilidades marítimas do Brasil

Ao estudar as vulnerabilidades marítimas do Brasil, Vidigal destacou quatro. A primeira e maior vulnerabilidade foi o fato do comércio exterior brasileiro ser, nos dias atuais, realizado quase em sua totalidade por navios de bandeiras estrangeiras, fazendo com que o

Estado seja prejudicado duplamente: na questão econômica, pelo pagamento de fretes; e em termos estratégicos, já que pode ocorrer um autobloqueio em caso de crise (VIDIGAL, 2010).

Uma Marinha Mercante limitada é extremamente perigosa no caso de o Brasil entrar em guerra, já que não será possível utilizar Navios Mercantes como reforço para apoio logístico móvel (VIDIGAL, 2010).

Para fazer frente a essa vulnerabilidade, Vidigal apontou a necessidade de navios de médio porte, como Fragatas e Corvetas, capazes de cumprir a missão de proteção do tráfego marítimo, limitado à navegação de cabotagem, e Navios-Varredores e lançadores de minas, a fim de garantir a contínua operação dos portos e zonas de convergência do tráfego (VIDIGAL, 2010).

A segunda vulnerabilidade exposta foi a defesa de plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás, localizadas na plataforma continental. Nesse caso, Vidigal destacou a importância dos Navios-Patrolha e navios equipados com mísseis, além de pessoal e meios para uma eventual retomada (VIDIGAL, 2010).

Pelo desenho da costa surgiu a nossa terceira vulnerabilidade, pois o Brasil torna-se vulnerável às ameaças e ataques vindos do mar, ainda mais quando se constata que os grandes centros industriais localizam-se próximos ao litoral (VIDIGAL, 2010).

Nesse sentido, Vidigal afirmou que se deve conjugar uma defesa afastada com uma aproximada. A primeira deve ser mais afastada possível, executada por Submarinos. Já a aproximada deverá utilizar mísseis superfície-superfície, lançados de terra ou navios rápidos, além de aviação baseada em terra, minagem defensiva, e Submarinos para águas rasas (VIDIGAL, 2010).

A última vulnerabilidade apontada foram as chamadas “novas ameaças”, que são o narcotráfico, o contrabando/descaminho, a pesca ilegal (estes três presentes no Brasil quando seu artigo foi escrito), além do terrorismo, da pirataria e da poluição das águas e do ar,

causada por embarcações. Para reprimir os ilícitos, Vidigal ressaltou a importância de um amplo sistema de patrulhas, com embarcações de pequeno porte e sistemas de armas simples (VIDIGAL, 2010).

Pode-se notar que para fazer frente às vulnerabilidades marítimas, Vidigal vislumbrou a utilização de uma composição de meios diversos com propósitos distintos, apropriando-se de ideias da *Jeune École*.

4.1.2 Alcance geográfico da MB

Ao analisar o alcance geográfico que a Marinha deve cobrir, Vidigal enfatizou as enormes extensões das águas jurisdicionais do Brasil e da área de Busca e Salvamento (SAR) sob responsabilidade brasileira por força de Acordo Internacional (VIDIGAL, 2010).

Vidigal considerava imprescindível que a Marinha possuísse uma Força Logística Móvel, composta por Petroleiros e Porta *Contêiners* entre outros, de forma a possibilitar uma prolongada permanência no mar, e que pudesse assim cumprir suas tarefas com um número mínimo de meios. A inexistência de uma Marinha Mercante fortalecia a necessidade de tal Força (VIDIGAL, 2010).

Segundo Vidigal, o custo benefício de se possuir um NAe era muito vantajoso, por possibilitar o transporte de grupos de aviação embarcados adequados para cada situação, o que aumentava a capacidade da Força (VIDIGAL, 2010).

A dotação de uma Força Logística e de um NAe possibilita aumentar a permanência dos meios no mar e a capacidade da Marinha, respectivamente, ajudando a MB no cumprimento de uma das tarefas básicas do Poder Naval apresentadas na DMN.

4.1.3 Apoio à política brasileira

Outro aspecto considerado foi o emprego da Força em apoio à política do Brasil.

O Almirante Vidigal lembrava que a dissuasão, apontada pela PDN como principal papel das FFAA, é um dos aspectos do emprego do Poder Militar em apoio à política brasileira, e assim, discutiu se a capacidade de uma “Marinha de águas marrons”²³ é igual a de uma “Marinha de águas azuis”²⁴ para essa finalidade (VIDIGAL, 2010).

Vidigal salientou que para a eficácia do uso do Poder Militar como ferramenta política em relações internacionais, deve-se preencher alguns fatores como: o valor da Força Militar; a disposição dos governantes para usar o Poder Militar; e a coordenação entre as ações diplomáticas e as estratégicas (VIDIGAL, 2010).

Com relação ao valor militar da Força, sem dúvida, os navios grandes e poderosos dão maior credibilidade à Força. Porém, Vidigal ressaltou que uma Marinha composta por navios menores tem totais condições de ter credibilidade caso possua um grau de profissionalismo e adestramento elevado, e o Estado demonstre vontade e competência para utilizá-la em apoio à ação diplomática (VIDIGAL, 2010).

Aqui nota-se um alinhamento entre as ideias de Vidigal e Mahan, quando este apontou os fatores que um Estado deve se fundamentar para desenvolver seu Poder Marítimo. No entanto, é possível verificar também suas ideias alinhando-se novamente com Corbett e *Jeune École*, ao defender meios menores para a composição da Força.

²³ Marinha de águas marrons para a MB é uma Marinha de alcance limitado, constituída por navios de pequeno porte e com sistemas de armas mais simples. Para Vidigal, é uma Marinha limitada na sua missão, com capacidade de operar até o limite das águas jurisdicionais, para garantir o direito de exploração das riquezas do solo e subsolo da plataforma continental além da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) (VIDIGAL, 2010).

²⁴ Marinha de águas azuis é uma Marinha com capacidade de operar de forma sustentada em alto mar, normalmente com apoio de NAe e capaz de projetar poder sobre terra (VIDIGAL, 2010).

4.1.4 Questão do orçamento da MB

O último aspecto analisado foi o orçamento. Vidigal fez uma correlação entre Marinha de águas marrons e os conceitos da *Jeune École*, e concluiu que as duas tentam resolver o problema estratégico e a falta de recursos (VIDIGAL, 2010).

Para se formular uma Estratégia Naval, o Estado deve analisar seus objetivos nacionais e suas vulnerabilidades. Com o resultado, deverá definir as capacidades necessárias para sua Força. O orçamento deveria ser uma resultante do estudo, porém a falta de condições financeiras do Estado faz com que se estabeleçam prioridades, sem que se altere o conceito da estratégia (VIDIGAL, 2010).

Como uma possível solução para o problema apresentado, Vidigal defendeu a diminuição da quantidade de meios de cada tipo, de forma que sejam mantidas as competências em cada atividade identificada, como por exemplo, a guerra de minas e o emprego de Submarinos. Ele explicou que, dessa forma, pode-se acompanhar a evolução de cada atividade, e caso as condições orçamentárias permitam, ou no caso de uma crise, o Estado faz a aquisição dos meios para completar suas necessidades. No entanto, deve-se avaliar o risco do procedimento (VIDIGAL, 2010).

Finalmente, após o estudo da evolução do pensamento estratégico naval brasileiro, Vidigal propôs sua Marinha da seguinte maneira:

Não deve compreender grandes navios-aeródromos (como os americanos), cruzadores ou grandes *destróieres* mas uma Marinha de fragatas, corvetas e navios patrulha (sic), navios varredores (sic) e mineiros, submarinos convencionais e navio-aeródromo, como o São Paulo, de porte médio. Poder-se-ia dizer, em termos da dimensão dos navios, uma Marinha de águas marrons, mas, em termos operacionais, uma Marinha de águas azuis, já que com auto-capacidade (sic) de se proteger contra ameaças de superfície, aéreas e submarinas, e, graças a um apoio logístico móvel adequado, capaz de alcance e permanência significativos (VIDIGAL, 2010, p 19).

Vidigal defendeu a construção do Submarino Nuclear por eficiência como instrumento da diplomacia, mas ressaltou que a decisão da construção era mais política do que militar.

Nota-se que, por seus estudos e conhecimento na área militar e política, grande parte da proposta formulada por Vidigal estava de acordo com a situação da MB nos dias atuais.

4.2 Possível composição de meios para a MB

Com intuito de apresentar uma possível composição de meios para MB, deverão ser levados em consideração alguns fatos ocorridos próximos ou após a morte do Almirante Vidigal. Serão apresentados esses acontecimentos relevantes para, finalmente, ser proposta uma possível composição de meios para MB.

Três projetos importantes que deverão impactar diretamente a estratégia da Força Naval iniciados ou com novos marcos após 2009 são o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), o Programa “Classe Tamandaré” e o Projeto Míssil Antinavio Superfície (MANSUP).

O PROSUB foi lançado em 2008, ano da assinatura do acordo de transferência de tecnologia com a França. O programa tem como objetivo a construção de quatro submarinos convencionais da classe Riachuelo, derivados da classe *Scorpène*, e com conhecimento adquirido, a fabricação do Submarino Nuclear Brasileiro (SN-BR). Além dos Submarinos, foi contemplada a construção de um complexo de infraestrutura industrial e de apoio (Estaleiro, Base Naval e Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas — UFEM) (BRASIL, 2020b).

O acordo de transferência de tecnologia prevê três premissas: a transferência de tecnologia; nacionalização de equipamentos e sistemas; e capacitação de pessoal (BRASIL, 2020b).

O PROSUB é um grande passo rumo à nacionalização, por permitir que a indústria brasileira de defesa obtenha tecnologia nuclear de ponta, conforme a END, além de fortalecer o parque industrial brasileiro (BRASIL, 2020b).

Somente cinco países são capazes de produzir e operar Submarinos nucleares (EUA, Reino Unido, Rússia, França e China), por isso a entrada do Brasil neste seleto rol trará inegáveis capacidades de dissuasão e negação do uso do mar (BRASIL, 2020b).

O primeiro Submarino da classe Riachuelo, lançado ao mar no dia 14 de dezembro de 2019, encontra-se realizando testes e tem previsão de passar para o setor operativo até o final do ano. O segundo tem previsão de lançamento em 2021 (BRASIL, 2020b).

O Programa “Classe Tamandaré” iniciado em 2017, tem o objetivo de renovar os meios da Esquadra, fornecendo quatro Fragatas construídas no Brasil com alta complexidade tecnológica. O contrato assinado em cinco de março de 2020 com um consórcio de empresas, incluindo a brasileira Embraer, prevê a transferência de tecnologia e que os meios possuam grande índice de nacionalização. Pela primeira vez no Brasil foi inserida no programa uma mentalidade de gestão do ciclo de vida dos navios, o que irá gerar uma maior disponibilidade dos meios. A previsão de início da construção é em 2021 e a entrega dos meios entre 2025 e 2028 (BRASIL, 2020a).

As Fragatas terão capacidade de combater múltiplas ameaças, podendo realizar missões de defesa aproximada ou afastada em nosso litoral (BRASIL, 2020a).

O MANSUP iniciado em 2011, tem como objetivo a construção de um Míssil totalmente nacional, o que tornaria o Brasil independente do fornecimento exterior. Já foram

realizados três lançamentos de protótipos do míssil, sendo o último realizado em 10 de julho de 2019 (ABIMDE, 2020).

Esses três programas/projetos irão contribuir para a fomentação do desenvolvimento tecnológico brasileiro, de forma que o Brasil caminhe em busca de sua independência relativa a outros Estados. Particularmente no MANSUP, existe um exemplo que ressalta a importância da independência, quando na guerra das Malvinas a Argentina sofreu um forte embargo externo e não conseguiu adquirir mísseis para sustentar a campanha.

Outros dois fatos importantes foram a aquisição do Navio Porta-Helicópteros Multipropósito “Atlântico” em junho de 2018 e a baixa do NAe “São Paulo” em novembro de 2018. Com isso, o Brasil após 62 anos deixou de possuir um Navio-Aeródromo.

A apresentação desses acontecimentos e a análise de como ocorreu a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro possibilitam a projeção de uma possível composição de meios para a MB.

A ideia vislumbrada muito se aproxima daquela proposta pelo Almirante Vidigal em virtude da continuidade da terceira fase da evolução, mas face aos acontecimentos aqui expostos após seu falecimento, são necessários alguns ajustes, além de outros frutos da experiência adquirida nos anos dedicados à MB, nos Segundo e Quarto Distritos Navais.

Assim, a proposta seria uma Marinha em que a Esquadra fosse composta por um Navio Porta-Helicópteros; navios de porte médio do tipo Fragatas, Corvetas e Patrulhas; um Submarino nuclear e cinco Submarinos convencionais; navios de pequeno porte tipo Varredores e Caça-Minas; Navios de Apoio Logístico Móvel e Navios de Transporte Anfíbio, tipo Navio de Desembarque de Carros de Combate e Navio Doca Multipropósito. Para os meios distritais, o ideal seriam Navios-Patrulha de médio porte para os oceanos e Navios-Patrulha de pequeno porte com grande velocidade para a atuação nos rios, além de Navios de Assistência Hospitalar para os Distritos da região amazônica e do Pantanal.

As justificativas para os pontos discordantes do proposto pelo Almirante Vidigal são:

Inicialmente, com relação ao Submarino nuclear, Vidigal expôs que a decisão de sua construção caberia mais ao campo político, e em virtude da continuação do projeto, por meio do PROSUB, entende-se que a decisão foi tomada.

O Porta-Helicópteros é justificado pelo investimento recém-realizado. Para tentar manter a ideia do Almirante Vidigal da importância da aviação de asa fixa embarcada, pode-se pensar na aquisição de aviões de pouso e decolagem verticais.

Os Navios-Varredores de pequeno porte já são utilizados na MB, porém encontram-se defasados em relação ao estado da arte, já os Navios Caça-Minas têm uma grande importância para operação do Submarino nuclear.

Os Navios-Patrolha de pequeno porte para os Distritos Navais também são utilizados atualmente, mas por suas limitações quanto à velocidade e armamento, encontram-se defasados em relação a sua real necessidade nos rios.

Os Navios de Assistência Hospitalar possuem grande importância na região amazônica e do Pantanal, já que a população ribeirinha é extremamente carente de ajuda pelas dificuldades de acesso à região e normalmente os navios são os únicos meios de atendimento para esses brasileiros.

Com a possível composição de meios ora vislumbrada, entende-se que a MB teria condições de cumprir sua missão de uma maneira ainda mais eficiente.

4.3 Conclusões parciais

Para propor sua composição de meios para a MB, Vidigal inicialmente estudou a fundo a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro no período em que escreveu seus

dois livros, e após o estudo preliminar, passou a analisar como deveria ser formada a Marinha de maneira a corroborar com a Estratégia Naval traçada pelo Brasil.

Nessa análise, Vidigal verificou que a composição proposta deveria ser capaz de preencher alguns requisitos, tanto no aspecto material como no aspecto financeiro.

No aspecto financeiro, apontou a importância do ajuste dos meios da Marinha com a realidade econômica do Brasil, pois caso este ajuste não fosse realizado, as pretensões de reaparelhamento da Marinha poderiam ser impactadas negativamente, como ocorrido em outros momentos de nossa evolução. Para que o ajuste ocorra sem que se altere a estratégia adotada, Vidigal apresentou a alternativa de diminuir a quantidade por tipo de meios.

No decorrer da análise feita por Vidigal, pode-se notar que o pensamento estratégico do Almirante foi construído a partir da união de ideias de Mahan, Corbett e da *Jeune École*.

Para chegar a uma proposta de composição de meios para a MB nos dias atuais, foram analisados o estudo da evolução do pensamento estratégico naval brasileiro, a proposta feita pelo Almirante Vidigal e os fatos relevantes ocorridos nos últimos anos na MB.

Considerou-se também que a atual fase da evolução do pensamento estratégico naval brasileiro é uma continuação da terceira fase, na qual o Brasil permanece a buscar sua independência externa, e se preocupa com seus próprios interesses.

Assim, o estudo permitiu a proposta de uma possível composição de meios para a MB, de forma que ela possa contribuir para a defesa do Estado de acordo com os interesses nacionais e anseios da sociedade brasileira.

5 CONCLUSÃO

Ao estudar os fatos históricos relevantes para a evolução do pensamento estratégico naval ocorridos no Brasil desde sua Independência, é notório que a mesma não ocorreu de maneira uniforme por diversos motivos, dependendo da situação política e econômica do Estado a época, o grau de desenvolvimento exigido para os meios navais em seu tempo, a capacidade de possuir a tecnologia necessária e a visão da população para com a Marinha em diferentes momentos da história do Brasil.

Sendo assim, segundo o Almirante Vidigal, a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro ocorreu em três fases.

A primeira fase abrange da Independência até 1910, onde verifica-se a consolidação da Força Naval, predominantemente marítima, e quando ocorreram os grandes feitos da Marinha.

A segunda fase estendeu-se de 1910 até 1977, ano em que o Brasil denunciou o Acordo Militar com os Estados Unidos, o que representou um declínio do Poder Naval brasileiro. O mais marcante dessa fase foi a total dependência em relação aos EUA.

A terceira fase ocorreu do ano de 1977 até a primeira década do século XXI, e foi quando o Brasil libertou-se de antigos paradigmas, buscando se preparar para solução de seus problemas estratégicos. Foi uma fase de grandes aprendizados no campo da construção naval, em que se buscou a nacionalização. Uma mudança importante ocorrida nessa fase foi a conscientização de que as FFAA têm grande importância para a sobrevivência do Estado, seja na paz ou na guerra.

Ao estudar a obra do Almirante Vidigal, é notório que seu pensamento foi construído com base nos estudos de Mahan, Corbett e da *Jeune École*, com uma preponderância para Corbett e *Jeune École*.

Pelas decisões tomadas nos últimos anos, nota-se uma continuidade da terceira fase da evolução do pensamento estratégico naval brasileiro, e acredita-se que com a concretização dos programas e projetos em andamento, a MB consiga diminuir em muito a dependência externa. Um fato que merece atenção é a economia do país, de forma que ela não venha a prejudicar a continuidade do processo como constatado em outras fases da evolução.

A proposta da possível composição de meios para a MB foi embasada nos acontecimentos mais recentes envolvendo a Marinha e a Estratégia Naval, além da proposta de composição de meios feita pelo Almirante Vidigal, que levou em consideração a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro.

Assim, foi feita uma proposta contemplando meios para integrarem a Esquadra e meios específicos para comporem os Distritos Navais.

Esta composição abrange para Esquadra: Navio Porta-Helicópteros; Fragatas, Corvetas e Patrulhas de médio porte; Submarinos convencionais e nuclear; Varredores e Caça-Minas; Navios de Apoio Logístico Móvel e Navios de Transporte Anfíbio, tipo Navio de Desembarque de Carros de Combate e Navio Doca Multipropósito. Já para os Distritos Navais seriam: Navios-Patrulha de médio e pequeno portes com grande velocidade, e Navios de Assistência Hospitalar.

Dessa maneira, após análise da evolução do pensamento estratégico naval brasileiro segundo as concepções do Almirante Vidigal, foi sugerida uma possível composição de meios para a MB.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. Lend Lease ACT. *Faculdade Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lend-lease-act>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Apresentação. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 138, p. 7-8, 2018. Suplemento.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS E MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA. *Mectron prepara-se para o lançamento do primeiro míssil antinavio brasileiro (MAN-SUP)*. Disponível em: <<http://www.abimde.org.br/noticias/mectron-prepara-se-para-o-lancamento-do-primeiro-missil-antinavio-brasileiro-man-sup-743.html>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BITTENCOURT, Armando de Senna. Nossa Capa, Homenagem ao Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 130, n. 01/03, p. 9-23, jan./mar. 2010.

BRASIL. Comando da Marinha. *Programa Classe Tamandaré*. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/programa-classe-tamandare>>. Acesso em: 01 jul. 2020a.

_____. Comando da Marinha. *Prosub*. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/prosub>>. Acesso em: 01 jul. 2020b.

_____. Comando do Exército. *Questão Christie*. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1549015&_101_type=content&_101_urlTitle=questao-christie&inheritRedirect=true>. Acesso em: 01 jul. 2020c.

_____. Estado-Maior da Armada. *EMA-305: Doutrina Militar Naval*. 1. ed. 1. mod. Brasília, 2017.

CABRAL, Ricardo Pereira; SARRO, Thiago. Missão Naval Americana: Os Primeiros 20 Anos (1922-1942). *R. IHGB*, Rio de Janeiro, v. 474, P. 217-248, maio./ago. 2017. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-474/item/108569-missao-naval-americanas-os-primeiros-20-anos-1922-1942.html>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 776 p. Título Original: *Traité de stratégie*.

DINIZ, E.; JUNIOR, D.P.; RAZA, S.G. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 186 p.

FRANÇA, Júnia Lessa *et al.* *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 255 p. (Coleção Aprender).

JÚNIOR, Martim Bezerra de Moraes. *Anti-Access/Area Denial x Air Sea Battle: o Confronto entre Estratégias no Mar do Sul da China dos anos 2000 até os dias atuais – Um Estudo Comparativo*. 2019. 60 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores). Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2019.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. Nossa capa, Prêmio Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 129, n. 01/03, p. 11-14, jan./mar. 2009.

_____. Prêmio Revista Marítima Brasileira e Dados Biográficos. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 138, p. 9-12, 2018. Suplemento.

SILVA, Daniel Neves. Guerra da Coreia. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/guerra-coreia.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 102 p.

TURCI, Érica. Independência da Argentina - Espanha enfrentou luta por autonomia e influência inglesa. *Educação UOL*. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/independencia-da-argentina-espanha-enfrentou-luta-por-autonomia-e-influencia-inglesa.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 103, n. 07/09, p. 31-41, jul./set. 1983

_____. *A evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. p. 44-105.

_____. *A evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro: Meados da Década de 70 até os Dias Atuais*. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002. 137 p.

_____. Apontamentos de Estratégia Naval. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 118, n. 07/09, p. 103-131, jul./set. 1998.

_____. Consequências Estratégicas para uma Marinha de Águas Marrons. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 7-20, dez. 2010.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. A teoria do Poder Marítimo de Mahan: Uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. *Revista da Escola Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 223-260, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/182/0>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

WEDIN, Lars. *Estratégias Marítimas no Século XXI: A contribuição do Almirante Castex*. Tradução de Reginaldo Gomes Garcia dos Reis *et al.* Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. 236 p.